

ELEIÇÕES EM FRANÇA

Coligações Mais de 200 candidatos que ficaram em 3º lugar desistiram em prol dos que ficaram em 2º para fazer frente à extrema-direita

Juntos mas não unidos: a aliança republicana que não existe

Texto **MARA TRIBUNA**
Infografia **SOFIA MIGUEL ROSA**

“Esta aliança eleitoral já se está a desmoronar no seio da esquerda? Penso que sim.” A pergunta foi colocada e respondida pela portavoz do Governo francês Prisca Thevenot, depois de Emmanuel Macron ter deixado claro, por fim, que o seu partido Renascimento (liberal) não iria governar com a França Insubmissa (LFI), de esquerda radical. Resta saber se a aliança não está, também, a desmoronar-se no seio da direita.

Os resultados da primeira volta das eleições legislativas complicaram ainda mais o xadrez político francês. A extrema-direita, através do Reagrupamento Nacional (RN) e aliados, garantiu a vitória com 33,15% dos votos. A coligação de partidos de esquerda Nova Frente Popular, que inclui a França Insubmissa, ficou em segundo (28,5%) e o Juntos pela República, coligação de centro-direita que inclui o Renascimento, em terceiro (22%).

Se por um lado estas duas coligações — a chamada “frente republicana” — querem impedir a vitória da extrema-direita, por outro, não estão totalmente dispostas a unir-se. “Para já não há propriamente aliança”, não disseram “vamos governar juntos”, nota Victor Pereira, investigador no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, doutorado pelo Institut d’Études Politiques de Paris.

Aliás, Macron e o seu primeiro-ministro Gabriel Attal, que é também o

candidato da coligação presidencial Juntos Pela República, acabaram com as dúvidas que ainda podiam existir em torno de uma união com a LFI e respetivo líder Jean-Luc Mélenchon. As cerca de 70 candidaturas retiradas nos círculos onde ficaram em terceiro lugar para impedir o avanço do RN “não significam governar com a França Insubmissa”, esclareceu o Presidente francês no Conselho de Ministros de quarta-feira. Attal reiterou: “Não há nem nunca haverá uma aliança com a LFI”.

Do outro lado, e com a mesma “estratégia clara” de barrar o partido de Marine Le Pen e Jordan Bardella, a Nova Frente Popular retirou mais de 100 candidaturas nas circunscrições (locais) onde ficaram atrás da coligação de centro-direita. O objetivo foi avançado por Mélenchon logo na noite eleitoral: “Nem um voto a mais, nem um deputado a mais para o Reagrupamento Nacional.”

Que futuro?

Apesar das incertezas que ainda pairam, Victor Pereira considera que as desistências — 221 no total — mostram algum compromisso numa “ofensiva republicana”. Por outro lado, Jeanne Marlier, doutoranda francesa no Departamento de Governo da Universidade de Viena, nota que “a frente republicana não está realmente organizada com a esquerda e Macron”. “É mais uma expressão usada quando um partido toma decisões estratégicas para reduzir a probabilidade de um outro partido, que eles julgam ser antirrepublicano, ganhar um lugar. Por isso, é específico de um contexto eleitoral e não é algo que se materia-

liza num grupo específico uma vez no Parlamento”, esclarece.

Têm sido dias decisivos de negociações políticas, da esquerda radical ao centro-direita, para determinar o rumo do país. “Nesta fase, ainda é difícil saber como será uma aliança republicana após a segunda volta do escrutínio de domingo e se conseguirá obter uma pluralidade suficiente, se não mesmo uma maioria de lugares, para bloquear o Reagrupamento Nacional”, analisa François Boucek, investigador do Centro de Investigação Europeia, na Escola de Política e Relações Internacionais da Queen Mary University of London.

Sabemos, contudo, que houve desistências em círculos eleitorais onde pelo menos três candidatos atingiram o limiar para a segunda volta, ou seja, aqueles que obtiveram pelo menos 12,5% dos votos. De 306 destas corridas a três (chamadas *triangulaires*) restam 94, o que é ainda um número elevado em termos históricos. Nas legislativas de 2022 houve apenas sete.

“Estamos agora perante mais de 400 corridas binárias, das quais cerca de 160 terão candidatos do RN a enfrentar candidatos da aliança de esquerda Nova Frente Popular e 133 candidatos da aliança da maioria presidencial cessante a competir contra candidatos da direita dura”, observa François Boucek.

Tampouco é expectável que a extrema-direita obtenha maioria absoluta no domingo, o que implicaria alcançar pelo menos 289 dos 577 lugares. Bardella, candidato a primeiro-ministro pelo RN, disse que esta era a condição para governar. Le Pen também adiantou que o partido não tentaria formar governo sem uma maioria viável no Parlamento. “Não podemos concordar em formar um Governo se não pudermos atuar. Isso seria a pior das traições aos nossos eleitores”, disse.

Majoria viável não significa maioria absoluta, por isso Marine Le Pen já considerou que se o seu partido obtiver 270 cadeiras, vai consultar outros deputados, incluindo os aliados do partido conservador Os Republicanos. De qualquer maneira, “a eleição será decidida por uma margem curta, o que é inédito com um sistema eleitoral a duas voltas”, afirma João Carvalho, politólogo do ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa, que estuda os populismos na Europa.

Problemas previstos

Uma das fragilidades desta barragem republicana é o vasto espectro político que abarca. O ex-Presidente francês François Hollande, atual candidato nas legislativas pela coligação de esquerda, que engloba o Partido Socialista (a sua força política), admitiu que os programas que dividem este



espectro, dos conservadores aos comunistas, são muito diferentes. Haverá condições de governabilidade?

“As divisões partidárias podem ser desvanecidas em torno de um governo de união”, diz João Carvalho, “mas é difícil fazer previsões”, acrescenta. Uma coisa é certa: “Sem um maior consenso e uma mudança de postura, a França vai ter problemas de governabilidade, sem maioria estável. Isso também decorre do próprio sistema eleitoral — há um grande nível de desproporcionalidade”, diz o acadêmico.

Dada a diversidade desta frente, que inclui centristas neoliberais moderados, socialistas, ecologistas, comunistas e esquerdistas radicais, com muitas opiniões opostas sobre economia, impostos, política externa, imigração, entre outros, “a construção de um programa legislativo governamental seria, no mínimo, um grande desafio, já para não falar da formação de um gabinete e da nomeação de um primeiro-ministro aceitável para todos os partidos”, analisa a francesa Boucek.

Dentro da frente republicana há um partido que desagradou aos eleitores mais moderados: a França Insubmissa (LFI). Um inquérito feito pelo Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) mostrou que uma parte dos franceses que votaram numa corrente conservadora na primeira volta estariam dispostos a apoiar o candidato de esquerda melhor colocado para vencer o RN na segunda volta — exceto se esse candidato fosse do LFI.

Também os candidatos que recusaram abandonar a corrida evocaram o

problema dos extremos, esquerda e direita. “Alguns deputados não querem renunciar e, em particular, não querem dar o seu apoio aos candidatos de extrema-esquerda da NFP. Assumiram a posição ‘nem-nem’ (*ni ni*), significa que não apoiarão nem a extrema-esquerda nem a extrema-direita”, corrobora Douglas Yates, professor da American Graduate School em Paris.

Macron criticado

Emmanuel Macron decidiu convocar estas legislativas antecipadas há cerca de um mês, depois do “crescimento dos nacionalistas” nas eleições europeias. Entendeu que não podia “fingir que nada estava a acontecer” e quis, num “ato de confiança”, que o povo francês fizesse a “escolha certa para si e para as gerações futuras”, como justificou na altura, numa declaração ao país a partir do Palácio do Eliseu. Que escolha certa será essa?

“A menos que Macron seja um estrategista incrível e consiga ganhar a segunda volta, mesmo uma derrota do RN no domingo não será suficiente para ser considerada um sucesso”, considera Douglas Yates. Independentemente do campo político, o chefe de Estado, cujo segundo e último mandato termina em maio de 2027, está a ser amplamente criticado pela sua decisão, considerada por muitos arriscada e irresponsável.

“Os seus opositores acusam-no de sofrer de ‘síndrome de Jesus presidencial’, em que os executivos fora de alcance, que já não estão em contacto com os eleitores comuns, pensam que são Deus e tomam decisões sem consultarem os outros meros mortais. O seu próprio campo acredita que ele cometeu um erro e até os seus próprios ministros se queixam de não terem sido consultados antes de ele ter feito esta aposta”, enquadra ainda o cientista político. Qual terá sido a intenção de Macron? “Mostrar aos eleitores franceses que o RN não é capaz de governar a França.”

Com **HÉLDER GOMES**
mtribuna@expresso.imprensa.pt

Paris é uma festa (de despesa)

O tema do controlo orçamental tem sido uma dor de cabeça para o Governo francês e ainda mais em época eleitoral. Teme-se que um aumento da despesa em França signifique um novo “cerco” dos mercados à dívida pública gauluesa e, na pior das hipóteses, um contágio a outros países da zona euro. Um regresso à crise da dívida que, tratando-se da 2.ª maior economia da moeda única, será um regresso em esteroides. Depois das eleições, as cotizações das obrigações francesas caíram de tal forma que, em certas maturidades, chegaram a dar maior rentabilidade (yield) do que a dívida de longo-prazo de Portugal. Para acalmar os ânimos, o atual ministro das Finanças, Bruno Le Maire, garantiu que o país alcançará até 2027 a meta dos 3% de défice. Em 2023, foi de 5,5%. E, segundo as sondagens, não é crível que Le Maire vá continuar como garante desta trajetória de redução. De acordo com o Institut Montaigne, um *think tank* francês próximo da direita liberal, as principais propostas eleitorais dos Juntos, de Macron, significam cerca de €25 mil milhões em despesa adicional por ano. As da coligação de esquerda Nova Frente Popular (NFP) ascendem a quase €150 mil milhões anuais, principalmente devido à intenção de reduzir a idade de reforma para os 60 anos e de limitar preços nos bens de primeira necessidade. As do Reagrupamento Nacional (RN) implicam pelo menos mais €70 mil milhões por ano, com a promessa de revogação da controversa lei das reformas e com a diminuição do IVA na energia.

PEDRO CARREIRA GARCIA

PARA CONSEGUIR MAIORIA ABSOLUTA, O REAGRUPAMENTO NACIONAL TEM DE ALCANÇAR PELO MENOS 289 DOS 577 LUGARES



“Todos contra o RN”, lê-se no cartaz que transporta uma manifestante logo após terem sido conhecidos os resultados da primeira volta, em Lyon. FOTO: JEFF PACHOLD/ AFP/GETTY IMAGES

Nos bairros pobres, o perigo levou ao voto

Nas áreas urbanas marginalizadas de França a participação eleitoral duplicou. “Estão muito conscientes do perigo”

A taxa de participação nestas eleições legislativas foi histórica. De acordo com os últimos dados do Ministério do Interior, terá atingido 66,71% durante a primeira volta, um valor muito mais elevado do que os 47,51% registados em 2022. Nos chamados “quartiers populaires” (bairros populares) o aumento da participação foi ainda mais acentuado.

Seine-Saint-Denis é um bom exemplo. É neste departamento de França continental onde as pessoas menos votam, mas é também aquele onde se registou o aumento mais forte da participação. Às 17h de domingo a afluência às urnas era de 47,04%, contra 27,72% em 2022, segundo o Ministério do Interior.

Neste departamento a norte de Paris várias áreas são identificadas como “quartiers populaires”, a expressão utilizada em França para designar áreas urbanas marginalizadas: zonas pobres, com falta de acesso ao emprego e a diversos serviços, que abrigam as frações mais vulneráveis da população — nomeadamente a população desempregada, reformada, ou ainda as famílias imigrantes ou de origem imigrante. Este *cocktail* de diversidade é lenha para a fogueira da extrema-direita em França, que aponta para os bairros populares como sendo a representação do perigo e da insegurança.

Jordan Bardella, líder do Reagrupamento Nacional (RN), cresceu em Seine-Saint-Denis. “A minha família ainda vive em Saint-Denis e eu cresci num bairro social, um bairro modesto da cidade. Foi lá que fui à escola e foi lá que adquiri as minhas primeiras convicções políticas”, declarou Bardella ao jornal “Le Monde”.

Mas as suas convicções políticas não podiam ser mais distintas das dos seus vizinhos. Várias medidas apresentadas por Bardella durante a campanha eleitoral são profundamente discriminatórias. O jovem representante disse, nomeadamente, querer impedir cidadãos com dupla nacionalidade de aceder a certos empregos. O último precedente na lei francesa foi nos anos 30, quando, sob pressão da

com dupla nacionalidade a viver em bairros populares, pelo que são diretamente alvos destas políticas”, vincou ao Expresso o sociólogo Julien Talpin. “A discriminação também será acentuada, portanto penso que a principal força motriz é o medo. Os habitantes destes bairros sentem que a chegada ao poder do RN teria consequências muito reais para eles, para as suas vidas, e por isso sentem-se particularmente preocupados.”

“Estão muito conscientes do perigo”, acrescentou Ulysse Rabaté. “Desse ponto de vista, podemos dizer que os bairros populares estão à frente do resto da sociedade em termos de consciencialização, tanto do perigo da extrema-direita chegar ao poder, como da necessidade de se mobilizarem”, explicou o politólogo ao Expresso.

Apesar desta mobilização, a abstenção continua a ser mais elevada nos bairros populares. Segundo

“Há muitas barreiras físicas à participação que não implicam necessariamente uma falta de interesse”, diz Ulysse Rabaté

Talpin, isto deve-se a uma falta estrutural de infraestruturas e intermédios que incentivem ao voto e à participação. “[...] No fundo, há uma desconfiança e um desespero em relação à política, que é mais forte nos bairros populares do que noutros sítios, e que é o resultado de anos, senão décadas, de desilusões e promessas não cumpridas”, disse o sociólogo ao Expresso. “É este sentimento, no fundo, de que a política tem pouco impacto na vida quotidiana que explica o facto de a abstenção continuar a ser elevada.”

Mas para Rabaté esta falta de participação não traduz necessariamente uma falta de convicção política: “Há muitas pessoas que estão incorretamente registadas ou que não foram registadas na nova assembleia de voto, que se mudaram com a família. Algumas assembleias de voto estão em edifícios que caíram. Por isso há muitas barreiras físicas à participação que não implicam necessariamente uma falta de interesse.”

Rabaté, que escreveu sobre a cultura política de rua no seu livro “Streetologia”, concluiu que devemos algumas vitórias contra a extrema-direita aos bairros populares, que na noite eleitoral de domingo elegeram seis deputados de esquerda na primeira volta em metade dos círculos eleitorais do departamento. “Se o resto da sociedade francesa estivesse tão consciente [quanto os que vivem nos bairros populares] sobre os efeitos da chegada ao poder da extrema-direita, talvez pudessemos construir uma situação um pouco menos catastrófica. Portanto, desse ponto de vista, em termos de consciência política, penso que é justo dizer que os bairros populares fizeram um certo avanço em relação ao resto da sociedade francesa”, confirma o politólogo ao Expresso.

“Nos últimos anos, a ideia da rua, dos bairros populares, tem sido muitas vezes criticada. Está associada à vergonha. Mas a cultura de rua também tem a ver com a oposição à extrema-direita e devemos estar-lhe gratos”, conclui.

MARIANA ABREU
 Correspondente em Paris
 internacional@expresso.imprensa.pt

Quem seguiu à frente na primeira volta

Por grupos de apoio aos candidatos da 2ª volta. Vencedor da primeira volta por cantão

